



IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA

IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

Ana Cristina Roque - ana.roque@iict.pt

Instituto de Investigação Científica Tropical. Depto.de Ciências
Humanas – Programa de Desenvolvimento Global

CARTOGRAFAR FRONTEIRAS NOS FINAIS DO SÉCULO XIX: QUESTÕES EM TORNO DA DEMARCAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE MOÇAMBIQUE E O TRANSVAAL¹

Resumo

Por acordo entre os representantes do governo Português de Lourenço Marques e da República Boer do Transvaal, a Comissão Mista para a Delimitação e Demarcação da Fronteira entre Lourenço Marques e o Transvaal iniciou oficialmente as suas funções em 1890. Os trabalhos anteriores tinham mostrado a necessidade de empreender outros trabalhos, mais sistemáticos e rigorosos, no sentido de reconfirmar as linhas de fronteira. Quando em 1890, se procuram aplicar no terreno os acordos de 1869, estas linhas revelaram-se imprecisas, dificultando a sua implantação e a sua aceitação por parte dos Comissários dos dois países.

Esta imprecisão resultava, sobretudo, dos procedimentos técnicos utilizados pela equipe que fora responsável pelos levantamentos na região ainda que, em alguns casos pudessem ter resultado de processos de alteração naturais, então não considerados.

A maioria das coordenadas geográficas fora tomada por agulha magnética e os mapas então existentes, reproduzindo esta situação (Mapas de *Jeppe*.), testemunhavam a necessidade de utilizar outros métodos e instrumentos adequados para corrigir os erros anteriores. Por sua vez, às exigências de rigor de uma cartografia científica juntava-se a necessidade do reconhecimento internacional do espaço geográfico que Portugal reclamava em África. Este reconhecimento pressupunha o seu conhecimento efectivo e, conseqüentemente, a representação gráfica precisa dos seus limites e recursos.

Considerando estes aspectos, procurar-se-á evidenciar a relevância destas Comissões para o reconhecimento do território e para a produção de uma cartografia científica desta região e, em simultâneo, sublinhar a importância da documentação cartográfica produzida, já que ela constitui a matriz sobre a qual se delimitou geograficamente o que viria a ser Moçambique e que, até hoje, preserva uma identidade territorial forjada em acordos coloniais e nos trabalhos desenvolvidos por estas Comissões.

Palavras chave: Cartografia; Fronteiras; Moçambique, Transvaal

Abstract

By agreement between the Portuguese Government of Lourenço Marques and the Boer Republic of the Transvaal, the Joint Commission for the delimitation and demarcation of the border between Lourenço Marques and the Transvaal officially began his duties in 1890. Previous work had shown the need to undertake other work, more

¹ Trabalho desenvolvido no quadro do projecto *Conhecimento e reconhecimento nas áreas de influência portuguesa: registros, expedições científicas, conhecimentos tradicionais e biodiversidade na África subsaariana e Insulindia* (Proj FCT HC 0075/2009).

systematic and rigorous, to reconfirm the border lines. When in 1890, they seek to apply on the ground the agreements of 1869, these lines proved inaccurate, hindering their deployment and their acceptance by the Commissioners of the two countries.

This inaccuracy resulted, in particular, from the technical procedures used by the team who had been responsible for the surveying in the region though, in some cases, could have resulted from natural change processes, that were not considered at the time.

Most geographic coordinates had been taken by magnetic needle and the then existing maps, reproducing this situation (*Jeppé's Maps*), proved the need to use other methods and appropriate instruments to correct previous errors. Other than the requirements of a scientific cartography, Portugal was claiming for the international recognition of the so-called Portuguese African territories. This recognition presupposed an effective knowledge of the region and, consequently, the correct graphical representation of their limits and features.

Considering these aspects, this paper seeks to highlight the relevance of these Commissions for the recognition of the territory and for the production of a scientific cartography of this region and, simultaneously, to underline the importance of the cartographic documentation produced, since it constitutes the array on which it was entitled geographically what became Mozambique and that, until today, preserves a territorial identity forged in colonial agreements and in the work developed by these Commissions.

Keywords: Cartography; Borders; Mozambique, Transvaal

Nota Prévia

Por acordo entre os representantes do governo Português de Lourenço Marques e da República Boer do Transvaal, a Comissão mista para a Delimitação e Demarcação da Fronteira entre Lourenço Marques e o Transvaal (CDDMT) iniciou oficialmente as suas funções em 1890. Os trabalhos anteriores, com base nas decisões consignadas pelo Tratado de 1869, tinham mostrado a necessidade de empreender novos levantamentos, mais sistemáticos e rigorosos, no sentido de confirmar ou reajustar as linhas de fronteira então definidas. Quando em 1890, se procuraram aplicar no terreno os acordos de 1869, estas linhas revelaram-se falhas de precisão, dificultando por isso a sua implantação e aceitação por parte dos Comissários dos dois países envolvidos no processo.

Esta imprecisão resultava, sobretudo, dos procedimentos técnicos utilizados pela equipe que, antes de 1869, fora responsável pelo reconhecimento da região ainda que, em situações pontuais, pudessem também ser resultado de processos de alteração naturais, então não considerados. Independentemente da eventual ocorrência destas alterações, o facto é que a maioria das coordenadas geográficas fora obtida por rumos magnéticos e os mapas então existentes (conhecidos por Mapas de *Jeppé*, de acordo com nome do seu autor), reproduzindo esta situação, testemunhavam a necessidade de utilizar outros métodos e instrumentos adequados para corrigir os erros anteriores, nomeadamente sobre a determinação precisa das coordenadas geográficas.

Por sua vez, às exigências de rigor de uma cartografia científica juntava-se a necessidade urgente do reconhecimento internacional do espaço geográfico correspondente aos territórios que se reclamavam como Portugueses em África. E este reconhecimento, pressupunha o seu conhecimento efectivo e, consequentemente, a representação gráfica precisa dos seus limites e recursos. Neste contexto, e como se verá, uma das missões mais difíceis desta Comissão mista foi a definição da linha de fronteira entre o então Distrito de Lourenço Marques e o Transvaal, ao longo da cumeada da cordilheira dos Libombos,

várias vezes recusada e amplamente discutida antes de ser aceite por ambas as Comissões a trabalhar no terreno.

Considerando estes aspectos, parece evidente a relevância do papel das missões da CDDMT no que respeita ao reconhecimento do território e à produção de uma cartografia científica de toda a região, apontando as deficiências dos mapas anteriores e evidenciando a importância dos novos métodos e instrumentos utilizados, constituindo deste modo um espaço privilegiado para o estudo do próprio processo científico de construção cartográfica.

Porém, importa também sublinhar a importância desta documentação enquanto documento fundamental para a história da África Austral, e em particular do Sul de Moçambique, já que ela constitui a matriz a partir da qual se estruturou e delimitou geograficamente o que, mais de um século depois e para o caso específico de Moçambique, viria a ser um país independente e que, até aos dias de hoje, preserva uma identidade territorial forjada em acordos coloniais e nos trabalhos que então foram desenvolvidos pelos técnicos que integravam ou estavam ao serviço destas Comissões.

Esta questão é tanto mais importante porquanto toda esta documentação, que se preserva ainda nos Arquivos Portugueses², é de importância primordial não só para a confirmação das fronteiras actuais de Moçambique, como para a sua gestão (ROQUE, 2009 e 2010a) e, por isso, tem vindo a ser oficialmente solicitada por Moçambique no sentido do país poder dar resposta às decisões reafirmadas em 2007, na Conferência de Addis Ababa, sobre a aceitação das fronteiras coloniais³.

Neste contexto, a cartografia assume um papel fundamental e o exemplo escolhido para sublinhar aqui a sua importância científica e histórica - a fronteira entre o então Distrito de Lourenço Marques e a República Boer do Transvaal - não foi acidental

Moçambique-Transvaal: a fronteira desejada e necessária

A especificidade da conjuntura regional e internacional que, nos finais do século XIX, enquadra o processo de definição e estabelecimento da linha de fronteira entre os territórios do então Distrito de Lourenço Marques e os do Transvaal, que doravante passaremos a referir como fronteira entre Moçambique e o Transvaal, constitui um dos melhores exemplos para testemunhar a importância dos avanços da produção cartográfica, resultantes do desenvolvimento e aplicação da topografia, no decurso

² Por razões históricas, a maior parte da documentação que atesta os trabalhos desenvolvidos por esta comissão encontra-se no Instituto de Investigação Científica Tropical, nos arquivos da Comissão de Cartografia e, mais especificamente, no chamado *Arquivo de Fronteiras* que reúne toda a documentação escrita e cartográfica relativa aos processos de delimitação e demarcação de fronteiras de todas as antigas possessões coloniais Portuguesas em África e no Oriente.

³ Nesta conferência, e de acordo com o programa então definido pela OUA sobre a questão das fronteiras, os estados africanos que o subscreveram, comprometeram-se a manter e aceitar as fronteiras coloniais herdadas, assumindo-as como as fronteiras dos novos países soberanos e independentes; sendo que para tal deverão proceder à revisão da sua demarcação até 2012.

dos trabalhos empreendidos pela CDDMT durante a execução do processo de definição e implementação da fronteira. Por sua vez, estes trabalhos revelaram-se fundamentais para compreender a importância e a necessidade de um conhecimento cartográfico sobre a região, materializado em mapas credíveis para serem utilizados tanto pelas autoridades coloniais como por todos aqueles que precisavam de utilizar informação cartográfica fiável e actualizada.

Em simultâneo, e daí a especificidade deste processo, todo o projecto que suporta a definição do traçado desta linha de fronteira e a sua implementação no terreno constitui um dos poucos exemplos de um acordo bilateral, prévio às decisões da Conferência de Berlim em 1885, e deve ser encarado como o resultado de um jogo diplomático entre os Boers do Transvaal e os representantes das autoridades Portuguesas de Lourenço Marques, de que resultou uma aliança entre os dois governos, no quadro de um processo regional de afirmação contra as pretensões e influência britânicas na região. Neste contexto, o acordo sobre o traçado da linha de fronteira e toda a cartografia produzida no sentido da sua legitimação e confirmação no terreno foram considerados, pelos dois governos, como pilares fundamentais para a definição e delimitação de dois territórios soberanos face a qualquer pretensão estrangeira e, no caso do Transvaal, para a sua afirmação e reconhecimento como estado-nação.

Não cabendo aqui apresentar a História desta região da África Austral importa contudo precisar que todo o processo de definição e implementação desta linha de fronteira foi resultado de um longo período de negociações, acordos e trabalho de campo comum (1856-1925) envolvendo, directamente mas não em simultâneo, 2 potências coloniais europeias (Portugal e Inglaterra) e 1 Afrikander (Boers) e que, durante todo este período, tanto as negociações quanto os trabalhos foram condicionados seja pela emergência de vários conflitos militares na região (Guerras Anglo-Boer, invasão Zulu, Guerras de Gaza, ataques dos Swazis a Lourenço Marques...) e o conseqüente clima de instabilidade por eles criado, seja pela escassez de meios humanos e financeiros e por questões de natureza técnica.

O primeiro relatório que se conhece sobre o Transvaal e sobre as possíveis relações de amizade com Moçambique foi enviado por João Albasini, um comerciante português estante no Transvaal, para o governador de Lourenço Marques, em Maio de 1847 (MARTINS, 1957). No entanto, apesar destes primeiros contactos, as relações oficiais só começaram, de facto, em 1855 quando uma primeira Convenção foi assinada com o presidente Pretorius do Transvaal, a 14 de Agosto desse ano. A Convenção previa o incremento do comércio entre Pretória e Lourenço Marques, tendo em vista garantir as exportações dos Boers por via da utilização do porto de Lourenço Marques e, conseqüentemente, funcionaria como um estímulo ao crescimento e desenvolvimento do porto português (M.C., 1913). Porém, questões práticas relacionadas com a circulação de mercadorias e o estabelecimento e a cobrança de taxas, e com os melhoramentos indispensáveis às vias de comunicação e à segurança das mesmas, tornaram evidente a necessidade de precisar uma linha de fronteira entre os dois países. Assim, e para poderem ser implementadas eficazmente as medidas previstas nesta Convenção, foi criada, em

1864, uma primeira Comissão técnica, representativa dos dois governos, para estudar o traçado da linha de fronteira entre Moçambique e o Transvaal e proceder à sua delimitação (MATOS, 1964:65)

Posteriormente, em 1869, sob pressão do Presidente Pretorius e temendo uma nova ofensiva do Império britânico na região⁴, Portugal e o Transvaal assinaram o primeiro *Tratado de paz, amizade e fronteiras* (29 de Julho de 1869)⁵ por via do qual a fronteira de Moçambique com o Transvaal se estabelecia ao longo da cumeada dos Libombos até à confluência dos Rios Pafúri e Limpopo, no Norte, fixando-se o limite Sul das possessões portuguesas em 26° 30'Latitude Sul (ALMADA, 1943).

Os relatórios dos trabalhos feitos pela Comissão mista criada em 1864 não constam da documentação existente nos arquivos portugueses. Porém, independentemente dos estudos que possam ter sido realizados, tanto a documentação posterior como o próprio Tratado testemunham que os acordos e decisões aprovados em 1869 tiveram por base a documentação cartográfica então existente e disponível sobre a região, a saber, os mapas de *Friedrich Jeppé* sobre o Transvaal – designadamente o *Mapa Original do Transvaal ou República Sul Africana*, impresso pela primeira vez em 1868 (JEEP, 1877) - e os esboços feitos por *Alfred Duprat*, Cônsul português no Cabo, que assinou o Tratado por parte de Portugal, e não propriamente quaisquer levantamentos cartográficos resultantes de trabalhos de campo que, entretanto, tivessem sido efectuados (ROQUE, 2011).

Este aspecto é particularmente significativo porquanto as cartas utilizadas, designadamente as de *Friedrich Jeppé* sobre o Transvaal, eram resultado de necessidades profissionais do próprio *Jeppé*, que não tinha qualquer tipo de formação técnica na área da cartografia ou da geografia, e não uma consequência de trabalhos efectuados e publicados por um qualquer departamento oficial da República da África do Sul (*ZAR – Zuid Africaanse Republic*); o que, não pondo em causa a sua eventual fiabilidade requeria, no entanto, não só a sua validação técnico científica pelas entidades para tal competentes, como o seu reconhecimento oficial pelas autoridades do Transvaal.

Enquanto Director Geral dos Serviços de Correio da República, *Jeep* considerava fundamental dispor dos instrumentos indispensáveis e necessários ao conhecimento efectivo do território, designadamente, sobre a localização dos diferentes postos de correio, para uma maior eficácia e rapidez nas entregas postais (CARRUTHERS, 2003:963) e, naturalmente, sobre as vias de comunicação existentes que os interligavam. Acreditando na eficiência relevante do conhecimento e nas vantagens que daí advinham

⁴ A partir de 1860, verificou-se uma nova ofensiva dos ingleses na Baía de Lourenço Marques com a tentativa de reocupação das Ilhas da Inhaca e dos Elefantes em 1861. Apesar desta tentativa não ter sido bem sucedida, os ingleses continuaram a investir na região e em 1869, deram início à exploração hidrográfica dos Rios Maputo, Catembe e Pongolo (LEAL, 1869)

⁵ O Tratado foi ratificado em 1871, por um período de 6 anos, após o que foi substituído por um outro, ratificado em 1882.

para o desenvolvimento e consolidação da ZAR, *Jeep* percorreu todo o território do Transvaal e fazendo uso exclusivo de uma agulha magnética procedeu ao reconhecimento integral de todo o território, de que resultou a primeira cobertura cartográfica do Transval.

Ainda que os seus trabalhos não tenham tido quaisquer consequências ao nível da melhoria dos serviços postais⁶, e talvez não completamente inconsciente das implicações políticas desta sua actuação, o facto é que o seu périplo o tornou responsável pelo primeiro esboço das fronteiras do estado Boer do Transvaal, por via da definição dos limites de controlo do Transvaal face aos territórios britânicos e portugueses ou às entidades políticas africanas então existentes (CARRUTHERS, 2003:963).

Em 1869, e à semelhança de outras regiões da África Austral sob influência europeia, nem o Transvaal nem o Distrito de Lourenço Marques tinham sido alvo de levantamentos sistemáticos no sentido de um mapeamento rigoroso do território, da população ou mesmo dos recursos neles existentes; o que, para a maior parte da África Austral só se iniciou, de facto, após 1902 (LIEBENBERG, 2003). A ZAR tinha, desde 1859, um gabinete que procedia ao registo e mapeamento oficiais das propriedades fundiárias das famílias Boers. Porém, a necessidade de legalizar a propriedade e posse da terra não se traduzia numa cartografia de conjunto do território que expressasse a unidade e individualidade deste face a terceiros. Deixando-se em aberto a possibilidade de futuras anexações de territórios ainda não registados como sendo de propriedade Boer, mas podendo vir a sê-los, a ZAR apresentava-se como um somatório de propriedades fundiárias de contornos legais e bem definidos, mas sem que os mesmos se encontrassem interligados ou se definisse uma fronteira enquanto estado que, por contraponto à rigidez da divisão de propriedade, se caracterizava por uma grande maleabilidade e fluidez.

A imagem de um território mais homogéneo e com alguma unidade tornava-se assim de difícil concretização. Afora os poucos esboços e mapas itinerários relacionados com rotas de missionários, comerciantes ou de exploradores (como *Karl Maus*, 1865-67), os mapas de *Jeppe* constituíam, de facto, a única visão de conjunto do território e a única referência à sua delimitação.

No que respeita a Moçambique, e mais especificamente ao então Distrito de Lourenço Marques, a situação não era muito diferente ainda que, em 1877, os Portugueses tivessem mostrado algum empenho no reconhecimento e levantamento sistemáticos da área entre Lourenço Marques e Pretória. Tal interesse decorreu da possibilidade de se chegar a um acordo, com o governo da ZAR, sobre o traçado da linha ferroviária que deveria ligar o Transvaal ao mar. O projecto, a ser aprovado pelos dois governos, constituiu um incentivo aos trabalhos de reconhecimento do território, em função das possíveis

⁶ Em 1884, um único carro, puxado por uma junta de bois, continuava a assegurar, uma vez por semana, o transporte de correio e de passageiros entre Pretória e Lydenburg, ao longo de uma estrada considerada extremamente perigosa (MACHADO, 1886:24)

alternativas, e foi encarado como um desafio pelo governo Português que para tal nomeou Joaquim José Machado, um nome sonante da engenharia militar portuguesa e posteriormente da diplomacia na região, para proceder ao estudo das várias alternativas de traçado da linha e avaliar a viabilidade das mesmas. Porém, os levantamentos e estudos efectuados contemplaram apenas as áreas abrangidas pelas 3 alternativas de traçado consideradas, não se conhecendo quaisquer outros trabalhos que, em simultâneo, pudessem ter sido feitos no sentido de vir a suportar as negociações para a definição da globalidade do traçado da linha de fronteira.

Por sua vez, e contrariamente à ZAR, o território Português não dispunha de nenhum departamento técnico especificamente vocacionado para o mapeamento e registo de propriedades pelo que, a cartografia da região era praticamente inexistente; situação que começará a ser ultrapassada a partir de 1883, com a criação da Comissão de Cartografia (1883-1936), incumbida de proceder ao levantamento cartográfico de todos os territórios ultramarinos Portugueses e à consequente publicação da cartografia deles resultante. Porém, não obstante a criação desta Comissão, a definição das prioridades das áreas a cartografar relegou o Sul de Moçambique para um segundo momento dos trabalhos pelo que, à data das negociações com o Transvaal, não se conheciam outras cartas que não as que haviam sido produzidas no âmbito dos estudos da linha ferroviária Pretória – Lourenço Marques, nomeadamente sobre os cursos dos Rios Incomáti e Umbeluzi (1877), a que acresciam alguns mapas itinerários fruto de explorações pessoais na região.

Neste contexto, não é de estranhar que da documentação oficial se depreenda a existência de uma estreita ligação entre o processo de delimitação e demarcação de fronteira entre Moçambique e o Transvaal e o projecto da ligação ferroviária entre Pretória e a costa. O facto dos estudos para o traçado da linha, discutidos e aprovados em 1883, terem sido os efectuados por Joaquim José Machado - mais tarde nomeado para as comissões de delimitação e demarcação da fronteira com a Suazilândia (Abril de 1885) e com o Transvaal (Março de 1890) antes de ser nomeado governador-geral de Lourenço Marques (Junho de 1890) -, sugere que alguns dos levantamentos e trabalhos de reconhecimento do território possam ter sido utilizados, simultaneamente, para apoiar o projecto da ligação ferroviária e o do estabelecimento da linha de fronteira entre os dois países. Aliás, a experiência do trabalho de campo já efectuado e o conhecimento do território relevante desse mesmo trabalho constituíam, desde logo, um capital de conhecimento que não poderia ser negligenciado e que, por parte de Portugal, parece ter sido não só considerado, como rentabilizado com a nomeação de Machado para presidir à Comissão Portuguesa que deveria discutir e definir a linha de fronteira.

Considerando estes aspectos, e conscientes das limitações destas primeiras fontes cartográficas, importa agora perceber o trabalho desenvolvido pela Comissão mista, a partir de 1890, na dupla perspectiva do trabalho de campo e da aplicação de novas técnicas e conhecimentos científicos.

Aspectos específicos dos trabalhos de demarcação e delimitação da fronteira

Conforme definido e aceite nos finais do século XIX, a fronteira entre Moçambique e o Transvaal é uma linha quase recta, ao longo da linha de cumeeada dos Montes Libombos, com cerca de 350 km. de comprimento, entre a junção dos Rios Incomáti e Crocodilo a Sul (25° 25' 36" Lat. Sul; 32° 22' 15,0" Long. Este) e a confluência dos Rios Limpopo e Pafúri a Norte (20° 24' 30,0" Lat. Sul; 31° 22' 15,0" Long. Este) (ALMADA, 1943). O traçado final foi o resultado dos reajustamentos feitos durante a campanha de 1890, quando toda a área fronteiriça entre os dois territórios foi submetida a um trabalho de campo sistemático e rigoroso por parte de uma Comissão mista de técnicos portugueses e do Transvaal (MCP 33-2; MCA 16), posteriormente confirmados e rectificados em 1929 (MCA 21).

Em termos técnicos, a campanha de 1890, resultou, de facto, no acto de delimitação da fronteira e na possibilidade de, pela primeira vez e com algum rigor, a traduzir em termos cartográficos. No relatório da Comissão Portuguesa elaborado em 1891 (MCP 33-2), explicita-se que a Comissão mista começou o seu trabalho dispondo apenas de 4 cartas de referência, a saber o esboço de *Duprat* (que fora incluído no Tratado de 1869), o mapa de *Jeppe*, o mapa de reconhecimento do Incomáti de 1877 e um pequeno mapa manuscrito, desenhado por um missionário (Padre *Berthoud*). À escassez de informação cartográfica acrescia a imprecisão da mesma já que, em cada uma destas cartas, a fronteira apresentava um traçado diferente, a maior parte dos pontos de referência não possuía indicação de coordenadas e muitos dos pontos marcados nem sequer existiam, conforme a Comissão mista, uma vez no terreno, teve oportunidade de comprovar (MCA 19). Este desajuste entre informação e terreno resultava sobretudo dos procedimentos técnicos utilizados e da forma como as informações tinham sido recolhidas durante os primeiros levantamentos ainda que, em alguns casos, causas naturais tivessem provocado alterações na paisagem e na configuração dos terrenos (ROQUE, 2009).

Deste modo, independentemente dos trabalhos que haviam sido feitos anteriormente, tornou-se evidente que a implementação da fronteira obrigava a que tudo fosse confirmado, reajustado ou, eventualmente, refeito de forma a definir a localização correcta dos marcos de fronteira, identificar os principais pontos de referência e precisar a orientação geográfica da linha de fronteira. Tornava-se assim indispensável corrigir os erros relevantes do uso da agulha magnética para a determinação das coordenadas e encontrar alternativas de localização para a implantação dos marcos desaparecidos, o que poderia implicar não só alterações ao traçado estabelecido pelo Tratado de 1869 e alguma demora na

concretização do trabalho, como forçar novos acordos e autorizações que não tinham sido contemplados no referido Tratado.

Efectivamente, estes reajustamentos foram de importância capital para a prossecução dos trabalhos. Dependendo do acordo mútuo dos comissários sobre cada alteração sugerida, e conseqüentemente da aceitação das propostas de compensação territorial para as áreas perdidas, caso a caso, em favor de um dos parceiros envolvidos, estas alterações obrigaram frequentemente à suspensão dos trabalhos por divergência de opiniões sobre aspectos específicos da delimitação e da demarcação da fronteira (MCA 19).

Neste contexto, uma das missões mais difíceis desta Comissão foi a definição do traçado da linha de fronteira ao longo da cumeada da cordilheira dos Libombos. As negociações para a implantação da linha no terreno foram frequentemente suspensas, obrigando os técnicos de ambas as Comissões a voltar ao terreno para corrigir mapas e traçados e permitir que fossem apresentados novos “mappas e esboços para melhor explanação dos argumentos que houvessem de parte a parte” (MCA 19). Aparentemente bem definida após algumas correcções feitas em 1875 ao Tratado de 1869, a linha foi recusada várias vezes, por ambas as Comissões, por incompatibilidade da sua definição com a orientação geográfica da cordilheira, a toponímia e as características da região (MCA 19; MCP 33-2).

A primeira questão, de natureza geográfica, poderia ser facilmente corrigida com novas observações e registo das coordenadas geográficas precisas usando técnicas e instrumentos de maior precisão. O uso de *teodolitos*, por exemplo, permitiria determinações mais precisas e rigorosas do que as obtidas por rumos magnéticos. Contudo, também sobre o seu uso, teve de haver acordo uma vez que os técnicos Boers insistiam no uso da agulha magnética (MCP 33-2) e não dispunham ainda de qualquer outro tipo de equipamento alternativo (MCP 33-3). Movendo-se no seu próprio território e deslocando-se a cavalo com uma grande liberdade de movimento, a Comissão Boer era apoiada por um grupo de carregadores que asseguravam o transporte do estritamente essencial em termos de material e apoio logístico mas que, fosse pela condicionante do transporte fosse por desconhecimento, ou por não se considerar relevante, não incluía equipamento científico (MCP 33-3).

Contrariamente à Comissão Boer, a Comissão Portuguesa deslocava-se em território que dizia ser seu mas que desconhecia, condicionando muitas vezes o seu andamento à lentidão imposta pelas 3 carretas puxadas por juntas de bois onde se tinham carregado não só tudo o que se considerável indispensável á logística da expedição como todos os instrumentos técnicos fundamentais para um reconhecimento detalhado e preciso da área, designadamente os mais modernos instrumentos de topografia (MCP 33-3 e MCP 33-2).

Não cabe aqui analisar as implicações da diferente composição das caravanas de ambas as Comissões contudo, importa referir que uma e outra reflectem posicionamentos e perspectivas diferentes face a uma mesma situação e que estas não podem ser negligenciadas quando, por exemplo, se analisa o processo de reconhecimento dos territórios do Sul de Moçambique, indispensável à sua ocupação colonial, e o investimento técnico e científico que nele foi feito.

As actas das reuniões da Comissão mista informam minuciosamente sobre as discussões e trabalhos interrompidos, bem como sobre os consensos a que chegaram depois dos trabalhos de campo que permitiram a correcção das imprecisões detectadas. De acordo com esta documentação estas correcções, designadamente as relativas às determinações da latitude e da longitude, eram efectuadas por cada uma das Comissões, em separado, sendo os valores finais resultado da comparação dos valores obtidos pela Comissão Boer, usando rumos magnéticos, e a Comissão Portuguesa, que usava instrumentos topográficos ainda que, por vezes, persistisse uma leve suspeição relativamente aos resultados (MCA 16). De acordo com este sistema, a localização geográfica precisa de todos os marcos de fronteira bem como a sua descrição minuciosa foi registada em cadernetas de campo, copiada para os relatórios oficiais e transposta para as cartas produzidas. De igual modo, o mesmo procedimento foi utilizado para os esboços cartográficos, sendo o mapa final, o resultado do trabalho de campo dos técnicos das duas Comissões.

Ultrapassada esta questão, as dificuldades persistiam muitas vezes devido às diferenças de toponímia e à incapacidade de reconhecer ou identificar topónimos anteriormente registados e que, uma vez no terreno, a Comissão mista não conseguia localizar. Esta situação revelava-se particularmente delicada porquanto a sua solução não dependia do uso de equipamento mais ou menos sofisticado ou da qualidade técnica da equipa da Comissão, mas sim da sua capacidade de interacção e comunicação com as comunidades locais e do conhecimento efectivo do território e dos seus habitantes.

A toponímia local reflectia a organização das comunidades. Poderia eventualmente acontecer que comunidades diferentes designassem pelo mesmo nome um local, um rio ou um acidente geográfico do conhecimento de todos, mas o normal seria que a cada montanha, rio, aldeia se atribuísse uma designação que reflectisse a sua pertença a uma unidade política, social e económica que, por sua vez, se identificava também nesta componente territorial. Daí que o território afecto a cada comunidade fosse frequentemente referido por “terras do chefe....” e que, este, em caso de migração, transportasse consigo os “seus nomes”, podendo inclusivamente “reutilizá-los” nas novas áreas como forma de preservar a identidade da comunidade, mantendo a relação com o território e os antepassados. Deste modo, abandonando-se um sítio, que eventualmente poderia ser ocupado por outro grupo, as antigas

designações caíam no esquecimento no momento em novos ocupantes lhes atribuíam outras que as conotavam com o seu grupo e o seu chefe. Ainda que na sua envolvência pudesse persistir, entre outros, a memória das antigas designações, nem sempre se apresentava fácil estabelecer uma relação entre ambas. Deste modo, as dificuldades decorrentes das alterações toponímicas, não sendo fáceis de resolver, decorriam da forma como a informação fora recolhida e transposta para a carta.

Apesar dos trabalhos da Comissão mista terem sido cuidadosamente preparados considerando o conhecimento e a experiência de trabalho de campo dos técnicos envolvidos, não é de negligenciar a hipótese de também ter sido usada informação adicional, não confirmada previamente mas assumida como correcta; o que explicaria que, durante os trabalhos da Comissão, esta tenha sido confrontada com a dificuldade de encontrar ou identificar alguns dos pontos de referência marcados nas cartas. Daí a importância que assume a confirmação *in loco* de toda a informação coligida e a relevância do trabalho da Comissão mista no que respeita ao levantamento e reconhecimento do território, evidenciando a necessidade de utilizar novas metodologias de trabalho e formas de recolha e registo de dados que, de futuro, permitissem ultrapassar esta situação.

Por sua vez, esta situação revela igualmente que, nem Boers nem Portugueses tinham, à data, um conhecimento real, efectivo das diferentes comunidades que habitavam a região e da forma como as mesmas se encontravam organizadas. Independentemente dos primeiros se afirmarem conhecedores de toda uma vasta área que reclamavam como sua e onde se haviam instalado em meados do século, não parece ter sido feito nenhum esforço para compreender a região na sua globalidade, designadamente no que dizia respeito à relação comunidades/território.

Já no que se refere aos Portugueses, então a dar os primeiros passos no conhecimento da região, este desconhecimento parecia justificar-se naturalmente. O saber relevante das viagens que haviam sido feitas no interior ou o trato comercial que animava certas áreas não se traduziam numa informação detalhada e organizada sobre a região e as suas gentes, passada às autoridades portuguesas e, por esta via, tornada oficial. Pelo que as missões efectuadas pela Comissão Portuguesa no contexto dos trabalhos para a delimitação da fronteira com o Transvaal, acabaram por se tornar também nas primeiras expedições de reconhecimento do território tendo em vista a sua posterior ocupação (ROQUE, 2009), como é bem patente nos Relatórios de Freire de Andrade e de Mateus Serrano, onde se dá conta do primeiro levantamento exaustivo de toda a área compreendida entre a confluência do Pafúri com o Limpopo e Inhambane (MCP 33-3). Situação que se replicou noutras áreas do Sul de Moçambique onde actuaram as Comissões de Delimitação de Fronteiras, designadamente, com os territórios da Swazilândia e da Maputolândia (ROQUE, 2010b).

Nota final

Como se referiu inicialmente, o processo de discussão e implementação da fronteira entre o Transvaal e Moçambique prolongou-se por mais de 40 anos. Durante este período, e como consequência natural dos vários trabalhos que tiveram de ser feitos, o processo de definição da fronteira obrigou à exploração e reconhecimento sistemáticos de uma vasta região em função dos estudos do traçado da linha e da sua implementação. Este reconhecimento foi executado pela Comissão mista para a Delimitação e Demarcação da Fronteira entre Lourenço Marques e o Transvaal e dele resultou, por inerência, o primeiro levantamento geográfico e hidrográfico de toda a área compreendida entre a confluência dos Rios Pafúri-Limpopo, a Norte, e a dos Rios Incomáti e Crocodilo, a Sul, e de todo o hinterland até à costa de Inhambane e Lourenço Marques, de par com a primeira recolha e registo de informação sobre recursos naturais existentes e disponíveis, potencialidades de exploração e desenvolvimento, populações e modos de vida.

Neste sentido, os resultados do trabalho desta Comissão constituem o primeiro corpus documental de referência, designadamente cartográfica, sobre esta região. Testemunhando o uso de novas tecnologias e metodologias científicas que permitiram a correcção das cartas anteriores e tornaram possível a produção de cartas mais precisas, os cadernos e as cadernetas de campo, em conjunto com as cartas e os relatórios então produzidos informam com detalhe sobre a localização de todos os marcos ao longo da fronteira e conseqüentemente, constituíram a base dos trabalhos geodésicos desenvolvidos entre 1907 e 1910 pela Missão Geodésica da África Oriental, dirigida pelo Almirante Gago Coutinho.

Deste modo, esta documentação permite não só testemunhar o processo de construção de uma cartografia científica de par com a construção de um país que se vai definindo por fronteiras que se estruturam e implementam de acordo com metodologias e técnicas inovadoras aplicadas pela primeira vez em África pelos Portugueses, como validar hoje a localização da linha de fronteira nos casos onde a mesma, por motivos de ordem natural ou outra, desapareceu ou foi deslocada sendo por isso um instrumento indispensável para a reconstrução e gestão da fronteira de Moçambique no quadro do cumprimento da directiva da União Africana relativa ao princípio da inalienabilidade das fronteiras coloniais.

REFERÊNCIAS

Arquivos da Comissão de Cartografia

JEEP, F. (1877) coord., *Mapa do Transvaal*. Arquivo da Comissão de Cartografia, CEHCA – Pasta 10-1

Arquivo de Fronteiras

MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Amathongas*, Caixa Azul Envelope 21.

MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Swazilândia*, Caixa Azul Envelopes 19

MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Transvaal*, Caixa Azul Envelopes 16

MCP, Moçambique: *Fronteira Lourenço Marques - Transvaal*, Caixa Preta 33 2-3

Arquivo Histórico Ultramarino

LEAL, Fernando da Costa (1869), "Ofício 30-IV-1896 para o Ministro do Ultramar", *Correspondência para o reino de 14-I-1868 a 3-XI-1869*, Arquivo Histórico de Moçambique, fls. 126v.-129v.

Referências Bibliográficas

ALMADA, José de (1943) *Tratados Aplicáveis ao Ultramar*, vol V, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

CARRUTHERS, Jane (2003), "Friedrich Jepe: Mapping the Transvaal c.1850-1899", *Journal of Southern African Studies*, 29:4,955-976. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/0305707032000135914> (acesso Março de 2011)

LIEBENBERG, E. (2003), "The Cartographic Legacy of the Anglo-Boer War, 1899-1902", *Proceedings of the 21st International Cartographic Conference*, Durban South Africa, 10-16 August 2003. Disponível em http://icaci.org/documents/ICC_proceedings/ICC2003/Papers/114.pdf (acesso Março de 2011)

MATOS, Luís de (1964), "As fronteiras de Moçambique", *Moçambique: curso de extensão universitária. Ano lectivo 1964-65*, Lisboa, ISCPU, pp. 37-76.

MACHADO, Joaquim José (1886), *De Lourenço Marques a Pretória*, Comunicações à Sociedade de Geografia de Lisboa, nas sessões de 9 e 16 de Novembro e de 2 e 14 de Dezembro de 1885, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 124 p.

M.C.(1913), *Estatística dos caminhos de ferro das colónias portuguesas de 1888 a 1911*, Lisboa, Ministério das Colónias, 1913

ROQUE, Ana Cristina (2009), "Rethinking Borders in South Mozambique". Comunicação apresentada à *ABORNE Conference on How is Africa Transforming Border Studies?* Johannesburg, 10-14 September 2009. Disponível em http://iict-pt.academia.edu/anaroque/Papers/719656/Rethinking_Borders_in_South_Mozambique (acesso Junho de 2011)

ROQUE, Ana Cristina (2010a), "Sources for the History of the Southern Border of Mozambique: Preliminary results of a project on the archives of the Portuguese Commission of Cartography", *Journal of Borderlands Studies*, 25.2, 2010, pp. 77-93.

ROQUE, Ana Cristina (2010b), "Disputing Borders: The case of Mozambique-Thongaland Border (19th-20th century)". Comunicação apresentada à *8th European Social Science History Conference*, Ghent 13-18 April 2010. Disponível em <http://www2.iisg.nl/esshc/programme.asp?selyear=10&pap=7683> (acesso Junho de 2011).

ROQUE, Ana Cristina (2011), "Mapping Mozambique-Transvaal Border in the late 19th century (Friedrich Jeep's maps versus scientific cartography)", Comunicação apresentada à *24th International Conference on the History of Cartography*, Moscow, 10-15 July 2011.